



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 26 DE ABRIL DE 2005

N.º 3413

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão
BPM - Elson Santiago
BSC - José Luis
PL - Hélio Lopes
PMDB - Antônia Sales
PSDB - Luiz Gonzaga
PFL - José Vieira
PP - José Bestene
PDT- Luiz Calixto
PSC - Nogueira Lima
PPS - Tarcísio Medeiros
PTB - Roberto Filho
Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe.
Valmir Figueredo, Ronald Polanco e
Taumaturgo Lima.
BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago,
Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.
BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e
José Luís.
PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.
PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.
PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.
PFL - José Vieira.
PP - José Bestene.
PDT- Luiz Calixto.
PTB - Roberto Filho.
PSC - Nogueira Lima.
PPS - Tarcísio Medeiros.

Atos da Mesa Diretora**RESOLUÇÃO N. 49 /2005**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Roberto Filho**, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 12 e 13 de abril de 2005, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para o custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

12 de abril de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 50 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR à disposição do Hospital Geral de Cruzeiro do Sul, com ônus para este Poder, o servidor João Luiz Angelim, Médico, CL. "B", CÓD. PL-NS-112, Ref. 49, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, a partir de 1º de março do corrente ano, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens do cargo efetivo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

13 de abril de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 51 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Carlos Augusto Coêlho de Farias**, Téc. Ass. Cult. Educacionais, CL. "C" CÓD. PL-NS-110, Ref. 54, **Erson Pereira Magalhães**, Agente de Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NM-302, Ref. 31 e **João Luiz da Veiga Simão**, Técnico Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NM-312, Ref. 34, para, na cidade de Sena Madureira - AC, nos dias 12 a 13 de abril do corrente ano, participar do Seminário "Discutindo a Interiorização dos cursos da UFAC."

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

13 de abril de 2005.

Deputada **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 52 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Paulo Luiz Rodrigues da Silva**, Datilógrafo, CL. "B" CÓD. PL-NM-304, Ref. 30, **Edilson Moreira Sampaio**, Agente de Segurança, CL. "B" CÓD. PL-NB-401, Ref. 24, **Maria Olívia Lima de Moura Almeida**, Auxiliar Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NB-402 Ref. 25 e **Maria Nelsanira Santiago de Melo Arruda**, Auxiliar Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NB-402 Ref. 23, para, na cidade de Sena Madureira - AC, nos dias 11 a 13 de abril do corrente ano, participar do Seminário "Discutindo a Interiorização dos cursos da UFAC."

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

13 de abril de 2005.

Deputada **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 53 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a senhora **Érica Smargiassi**, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP - EG-9**, da Liderança de Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 1º de abril de do corrente ano.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

13 de abril de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 54 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, a senhora **Mirlene Maria Braga das Chagas**, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP - EG-9**, da Liderança de Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução contar-se-ão a partir de 2º de abril do corrente ano.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
13 de abril de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N° 55 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, o servidor **Assem Ayache Sobrinho**, pertencente à categoria funcional de Assessor jurídico, CL. "A" CÓD. PL-SJ-201 Ref. 44, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, para exercer o cargo de Chefia na Consultoria Jurídica Administrativa, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução serão retroativos a 1º de março do corrente ano.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
19 de abril de 2005

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 56 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Deputada **Naluh Gouveia**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 28 e 29 de abril do corrente ano, participar do VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

20 de abril de 2005

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 57 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR, uma Comissão composta pelos servidores **Isla Maria Cunha Gadelha**, Assessor Jurídico, CL. "C", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 51,

Presidenta, **Dirciano Francisco Lima e Souza**, Assessor Jurídico, CL. "C", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 53, Membro, **Francisco Auricélio Rêgo da Silva**, Auxiliar de Biblioteca, CL. "B", CÓD. PL-NM-303, Ref. 31, Membro, **Rocilene de Souza Cordeiro**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 25, Membro, **Júlio José da Silva Dourado**, Redator Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NM-317, Ref. 31, Membro, **Adalcimar Adalci Nunes**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 23, Membro, **Sebastiana Benvidinha Ribeiro**, Técnico em Ass. Cult. Educacionais, CL. "C", CÓD. PL-NS-110, Ref. 55, Suplente e **Luzanira Lima do Nascimento**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-312, Ref. 35, Secretária, todos do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, para no prazo de trinta dias, analisar e proceder a implantação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, nos termos da Lei 1.566, de 4 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

25 de abril de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 44 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 625/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Gisela Fátima Souza de Araújo**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 24, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 1º.4.2005 a 15.4.2005, nos termos do Art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 15 de abril de 2005.

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Carlos Augusto Coelho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 45 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 645/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Celene Mesquita da Costa**, Datilógrafo, CL. "B", CÓD. PL-NM-304, Ref. 29, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, dois meses de Licença-Prêmio, a contar de 25/4/2005 a 23/6/2005, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de abril de 2005.

Deputado Ronald Polanco
1º Secretário

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 46 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 641/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Maria das Graças Elias Silva**, Auxiliar de Serviços Gerais, CL. "C", CÓD. PL-NE-509, Ref. 16, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, trinta dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21.2.2005 a 22.3.2005, nos termos do Art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de abril de 2005.

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA Nº 214 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor **Evaldo Rodrigues dos Santos**, o
Auxílio Natalidade, estabelecido no Art. 88, da Lei Complementar n. 39, de 29
de dezembro de 1993, pelo nascimento de seu filho, conforme apresentação da
Certidão de Nascimento.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Rio Branco, 26 de abril de 2005

Valderi de Oliveira e Silva
Secretário Executivo, em exercício

24ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 20 de abril de 2005

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **FRANCISCO VIGA**

PRESENTES: Deputados **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO** do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**, **SÉRGIO OLIVEIRA** do **BPM**; **DELOGEM CAMPOS**, **FRANCISCO VIGA** do **BSC**; **LUIZ GONZAGA**, **HELDER PAIVA** do **PSDB**; **DINHA CARVALHO**, **HÉLIO LOPES** do **PL**; **LUIZ CALIXTO** do **PDT**; **JOSÉ VIEIRA** do **PFL**; **JOSÉ BESTENE** do **PP**; **NOGUEIRA LIMA** do **PSC**; **TARCÍSIO MEDEIROS** do **PPS**.

AUSENTES: Deputados **RONALD POLANCO**, **TAUMATURGO LIMA** do **PT**; **JOSÉ LUIS** do **BSC**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO** do **PMDB**; **ROBERTO FILHO** do **PTB**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob
a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalho.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do
Expediente.

Expediente

Ofício n. 007/GBDE2005, do Chefe de Gabinete do
Deputado **Edvaldo Magalhães**, Senhor **João Paulo Sampaio de Almeida**,
comunicando que o Deputado **Edvaldo Magalhães**, encontra-se na cidade
de Porto Velho-RO, portanto ficando impossibilitado de estar presente
na Sessão;

Ofício N. 036/2005, do Presidente da Associação Brasileira
das Escolas do Legislativo - **ABEL**, Senhor **Florian Augusto Coutinho
Madrua**, convidando o Senhor Presidente desta Casa, Deputado **Sérgio
Oliveira** a participar do V Encontro a realizar-se na cidade de Brasília
nos dias 18 a 21 de maio;

OF/IBGE/EU/AC/N. 057/2005, do Chefe do IBGE/UE/AC,
Senhor **Adão Delfino dos Santos**, em resposta ao **OF/GABP/N. 168**, de
14 de abril de 2005;

Mensagem N. 677/2005, de autoria do Governador do
Estado do Acre, Senhor **Jorge Viana**, comunicando que sancionou o
Projeto de Lei N. 66/2005, de autoria do Deputado **Hélio Lopes**, que
“Concede o Título de Cidadão acreano ao Sr. Roberto Duarte”;

Mensagem N. 703/2005, de autoria do Governador do
Estado do Acre, Senhor **Jorge Viana**, comunicando que sancionou o
Projeto de Lei Complementar N. 3/2005, de autoria do Poder Executivo
que “Altera o art. 40 da Lei Complementar N. 67, de 29 de junho de
1999”;

Projeto de Lei N. 32/2005, acompanhado de justificativa,
do Deputado **José Vieira**, Líder do PFL, o qual “Dispõe sobre a
concessão de gratuidade para os conselheiros tutelares nos transportes
rodoviários intermunicipal do Estado do Acre e dá outras providências”;

Projeto de Lei N. 33/2005, do Deputado **Moisés Diniz**, o
qual “Inclui motivos indígenas nas placas de trânsito de Sinalização
Horizontal e adota outras providências”.

Pequeno Expediente

Deputado **NALUH GOUVEIA** (PT – EM
QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, ontem eu conversei com
o Deputado **Sérgio Oliveira** e eu gostaria de saber se ele comunicou
para V. Exa. que hoje, íamos conceder um tempo, no Pequeno ou Grande
Expediente, para falar do companheiro **Dalmir**.

O **Dalmir** é membro da Academia Acreana de Letras,
xapuriense do Bom Destino e está passando por problema de saúde. E
os artistas plásticos, pessoas da comunidade, professores universitários
estão fazendo uma campanha para ajudá-lo. Está sendo realizada uma
exposição aqui, no hall da Assembléia Legislativa e alguns amigos do
Dalmir gostariam de falar conosco. Em virtude disso pediria a suspensão
da Sessão.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Conforme
solicitação da Deputada **Naluh Gouveia**, suspendemos a Sessão por
tempo indeterminado. (PAUSA).

Está reaberta a sessão e dado o adiantado da hora,
consideramos prejudicado o Pequeno Expediente.

Grande Expediente

(Não houve oradores inscritos).

Ordem do Dia

(Não houve Matéria a ser apreciada).

Explicação Pessoal

(Não houve oradores inscritos).

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 26 de abril de 2005

Presidência: Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA**

Secretaria: Deputado **FRANCISCO VIGA**

PRESENTES: Deputados **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO**, **RONALD POLANCO**,
TAUMATURGO LIMA do **PT**; **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**,
SÉRGIO OLIVEIRA do **BPM**; **DELOGEM CAMPOS**, **FRANCISCO VIGA**,
JOSÉ LUIS do **BSC**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO** do **PMDB**;
LUIZ GONZAGA, **HELDER PAIVA** do **PSDB**; **DINHA CARVALHO**,
HÉLIO LOPES do **PL**; **LUIZ CALIXTO** do **PDT**; **ROBERTO FILHO** do **PTB**;
JOSÉ VIEIRA do **PFL**; **JOSÉ BESTENE** do **PP**; **NOGUEIRA LIMA** do **PSC**;
TARCÍSIO MEDEIROS do **PPS**.

AUSENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES do **BPM**.

A Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício N. 008/GBDEM/2005, do Chefe de Gabinete do Deputado Edvaldo Magalhães, Senhor Paulo Sampaio de Almeida, comunicando que o Deputado Edvaldo Magalhães, encontra-se doente, portanto, ficando impossibilitado de estar presente na Sessão do dia 26/04/2005;

Ofício N. 11/2005, do Deputado José Luís, solicitando a Secretaria Municipal de Educação a disponibilização do servidor José Gilvan de Souza, matrícula n. 298, lotado no setor 110.002.001, portador do CPF n. 569.022.622-20 e da Cédula de Identidade n. 209.819-SSP/AC, para prestar serviços no meu gabinete, sem ônus para este Poder;

Ofício-Circular N. 118/2005/MP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Nelson Machado, informando que este Ministério estaria realizando no dia 26 de abril, de 2005, dia Nacional da Gestão Pública, e nos dias 3 e 4 de maio, o evento denominado “Mobilização e Capacitação para Elaboração dos Planos Plurianuais Municipais”, com transmissão por videoconferência para as Assembléias Estaduais de todo o Brasil;

Moção de Aplauso N. 08/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS, apresentando “Moção de Aplauso ao Jornal O Rio Branco”;

Mensagem N. 698/2005, de autoria do Governador do Estado do Acre, Senhor Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 25/2005, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos das Leis n. 1.633 e 1.634, ambas de 18 de março de 2005”;

Projeto de Lei N. 34/2005, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Luis**, Líder do BSC, o qual “Dispõe sobre a utilização de madeira apreendida no Estado do Acre do Acre para a construção de habitações populares e dá outras providências”;

Projeto de Lei N. 35/2005, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Luis**, Líder do BSC, o qual “Torna obrigatório que os hospitais públicos do Estado realizarem, gratuitamente, vasectomia em homens que desejam utilizar tal método para o controle da natalidade”.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Suspendemos a presente Sessão para que as lideranças partidárias acompanhem os membros do Ministério Público ao plenário da Casa. Hoje, iremos conceder o tempo do Pequeno Expediente para a instalação da Promotoria de Conflitos Agrários do Ministério Público do nosso Estado. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, queríamos dar boas-vindas a todos os Senhores Procuradores, Promotores, presidentes de entidades e empresários. É uma satisfação recebê-los. Gostaríamos de registrar também a presença do Dr. Samoel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça e do Dr. Américo Manchinni, Procurador Geral do Estado do Acre.

Convidamos o Desembargador Samoel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador Geral de Justiça do Estado do Acre, Dr. Eliseu Buchmeier o Procurador Geral do Estado do Acre e o Dr. Edson Américo Manchinni para comporem a Mesa.

Neste momento, passamos a direção dos trabalhos ao Dr. Eliseu Buchmeier de Oliveira, para que possa dar início a instalação da Promotoria de Conflitos Agrários do Ministério Público.

ÍTALO CAVALCANTE (Mestre de Cerimônia)

– O Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça do Estado do Acre, Eliseu Buchmeier de Oliveira, presidirá a Sessão Solene do Colégio

de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, composto pelos membros a seguir nomeados: o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Edmar Azevedo Monteiro Filho, Subprocurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre; o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Osvaldo D’Albuquerque Lima Neto, Corregedor Geral do Ministério Público do Estado do Acre; a Excelentíssima Senhora Procuradora de Justiça Giselle Mubarak Detoni; o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Ubirajara Braga de Albuquerque; o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Willians João Silva; a Excelentíssima Senhora Procuradora de Justiça Patrícia de Amorim Rêgo; o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Flávio Augusto Siqueira de Oliveira; o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Sammy Barbosa Lopes, Parlamentares Estaduais; Deputados Federais; Magistrados; Promotores de Justiça; Procuradores de Estado; Defensores Públicos; Secretários Estaduais e Municipais; Entidades Cíveis, Senhoras e Senhores.

Convidamos todos a ficarem de pé, para ouvirmos o Hino Nacional. (PAUSA)

Para dar início a cerimônia de instalação da Promotoria de Conflitos Agrários, fará uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça e Presidente desta Sessão, Dr. Eliseu Buchmeier de Oliveira.

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Havendo quorum, declaro abertos os trabalhos da Sessão Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Acre, que objetiva instalar a Promotoria de Conflitos Agrários através da assinatura da Resolução n. 2/2005, oportunidade em que será assinada a Portaria de n. 370/2005, que designa o Promotor de Justiça Romeu Cordeiro Barbosa Filho, para atuar na referida Promotoria. Designo o Procurador de Justiça Dr. Sammy Barbosa Lopes, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, para este ato.

Nos termos regimentais, fica dispensada a leitura da Ata da Sessão Solene anterior. Convidamos o Secretário dessa Sessão Solene a proceder à leitura da Resolução n. 2/2005.

A seguir o Senhor Secretário, Dr. Sammy Barbosa Lopes, procedeu à seguinte leitura. (LENDO)

ÍTALO CAVALCANTE (Mestre de Cerimônia)

– Convidamos o Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Colégio de Procuradores Eliseu Buchmeier de Oliveira para assinar a Resolução. (PAUSA)

Convidamos os demais membros do Colégio para prosseguirem à assinatura da Resolução. (PAUSA)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Ante a assinatura da Resolução n. 2/2005, eu, Eliseu Buchmeier de Oliveira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, declaro instalada a Promotoria de Conflitos Agrários do Ministério Público do Estado do Acre, criada através da Lei Complementar n. 140, de 20 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Estado n. 8.945, de 21 de dezembro de 2004, cuja relatoria coube ao Deputado Estadual Edvaldo Magalhães.

ÍTALO CAVALCANTE (Mestre de Cerimônia)

– Neste momento, o Cerimonial convida o Procurador-Geral de Justiça Eliseu Buchmeier de Oliveira, para assinar a Portaria n. 370/2005:

PORTARIA N. 370/2005

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Doutor Eliseu Buchmeier de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, etc.

Considerando a Resolução n. 2/2005, de 8 de março de 2005, do Colégio de Procuradores de Justiça,

RESERVE:

DESIGNAR o Ppromotor de Justiça de Entrância Especial **Romeu Cordeiro Barbosa Filho**, para atuar na Promotoria de

Justiça Especializada de Conflitos Agrários, a partir desta data, sem prejuízo de suas funções, até ulterior deliberação.

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em Rio Branco-AC, 26 de abril de 2005.

ELISEU BUCHMEIER DE OLIVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

ÍTALO CAVALCANTE (Mestre de Cerimônia)
– Neste momento convidamos o Promotor de Justiça Romeu Cordeiro Barbosa para receber sua Portaria de Designação, entregue pelo Procurador-Geral de Justiça Eliseu Buchmeier de Oliveira.

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra a representante da CUT, irmã Joana D’Arc.

Irmã JOANA D’ARC (Representante da CPT) – Bom dia a todos que estão nesta plenária, cumprimento neste momento a Mesa diretora desta Casa, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Elizeu de Oliveira, os Promotores na pessoa da Excelentíssima Promotora de Justiça, Patrícia Rêgo e os representantes de sindicatos, na pessoa de Manoel Lima, o qual é Presidente da CUT e se encontra aqui.

Nós da CPT, todos os anos, em nível nacional, lançamos o livro Conflitos no Campo. E este ano nós escolhemos o dia 19 de abril para lançarmos “Conflitos no Campo – Brasil, 2004”. Nós vamos deixar aqui apenas uma síntese de todo o trabalho da CPT e de outras entidades, sobre os números referentes aos conflitos no campo, na terra, acampamentos e outros.

A Comissão Pastoral da Terra é um organismo da Igreja, uma Pastoral Social da Diocese de Rio Branco, (ecumênica) composta por cristãos e cristãs que motivados pela fé e baseado no evangelho, desenvolvem um serviço educativo e transformador junto aos pobres da terra e das águas desde 1975. A CPT existe em 20 Estados brasileiros, é ecumênica e tem em média 700 agentes pastorais.

No Acre, é constituída por uma coordenação Regional composta por 3 pessoas e 7 equipes com abrangência nos Municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureira, Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano, Senador Guiomard, Bujari, Cruzeiro do Sul, e nos Municípios Pauini, Boca do Acre e Guajará, no sul do Amazonas, somando 11 agentes pastorais.

ANÁLISES

A vida além dos números – O que está atrás dos números

1 – Apesar de 2004, os assassinatos, 30, representarem uma queda expressiva, de 46%, em relação a 2003, 73, o ano foi especialmente violento marcado por dois brutais massacres em Minas Gerais:

• O dos fiscais do Ministério do Trabalho em Unai, e de cinco trabalhadores sem-terra em Felisburgo – que causaram comoção nacional;

• Foram: 39 assassinatos; 39 tentativas de assassinato; 31 mortos em consequência; 284 ameaças de morte; 58 torturados; 30 agredidos fisicamente; 421 presos; 335 feridos;

• Dos assassinatos, o Estado do Pará é o que teve o mais elevado índice, com 15 assassinatos; 9 em Minas Gerais; 5 em Pernambuco; 2 no Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Paraná; e 1 na Paraíba e Roraima;

• Aumentou o número de manifestações, 712, um aumento de 49,3% sobre o ano anterior;

• A violência, em 2004, é analisada também por outros ângulos e a partir de outros fatores sociais. Jean Leroy, relator nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, nos conduz a uma reflexão sobre os conflitos e a violência envolvendo os índios e seus territórios;

• Em relação aos conflitos por água, de 8 conflitos registrados em 2002, passaram-se a 20, em 2003 e

agora, em 2004, a 60. o Governo tem mostrado muita determinação em desapropriar áreas que são entregues a empresas particulares para a construção de barragens, e que, quase sempre, atingem famílias humildes. Mas, não tem mostrado, porém, a mesma disposição em desapropriar áreas para Reforma Agrária;

• O que o livro nos deixa claro é que os conflitos e a violência no campo brasileiro se mantêm em patamares elevados. Em 2004, foram registrados 1.801 conflitos, o maior número destes 20 anos de pesquisa, envolvendo 1.083.232 pessoas (número só inferior a 2003 e 1998);

• Os dados de 2004 mostram o crescimento na violência do poder privado, quanto ao número de famílias expulsas, 5,4% maior que em 2003;

• Mas é a violência do Poder Público, do Judiciário que tem aumentado em intensidade nestes dois anos de Governa Lula. Um aumento de 10,8% no número de prisões, 421 presos, e de 5,5 no número de famílias despejadas, 37.220, o maior número desde que a CUT começou a efetuar os registros;

• Depois de toda poeira levantada não se sentiu qualquer alteração na realidade agrária brasileira, dando razão ao Prof. Plínio de Arruda Sampaio que diz:

• Anos atrás o Governo criou o **KIT** massacre que consiste em destinar a administrar as crises provocadas por massacres de posseiros, sem-terras, seringueiros e indígenas. O Governo atual herdou esta metodologia e a aplica. O **KIT** inclui declarações indignadas do Presidente e seus Ministros; presença de Ministros na área do local do incidente, promessa de punição “implacável” aos criminosos; prisão de 3 a 4 suspeitos (logo soltos por falta de provas) e anúncio de “**factóides**” destinados a dar à opinião pública a impressão de que o governo está agindo energeticamente. A média de um **KIT** massacre dura no máximo 15 a 20 dias, período em que o fato ocupa as páginas dos grandes jornais. Depois é engavetado até o massacre seguinte;

• A grilagem de terras, o avanço do agronegócio, tanto da soja e de outros grãos, quanto da pecuária e do setor madeireiro, estão por trás de muitos conflitos e de grande parte do trabalho escravo;

• Como diz o professor Leonardo Sakamoto, os governos temem madeireiros, pecuaristas e o restante do agronegócio, mas tem apenas compaixão por ribeirinhos, pequenos produtores rurais e moradores de reservas de exploração sustentável;

• A morte da irmã Dorothy escancarou a violência contra os trabalhadores do campo e das pessoas que os apóiam. Com a divulgação dos dados da violência, a CUT pretende chamar a atenção da opinião pública e das autoridades para a necessidade premente de se realizar uma profunda Reforma Agrária, única maneira de combater as causas geradoras desta mesma violência;

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2004

	1985	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Conflitos de Terra										
Nº de Conflitos	440	653	658	751	870	556	681	743	1.335	1.398
Assassinatos	39	46	29	38	27	20	29	43	71	39
Pessoas Envolvidas	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220	436.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.050.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.381.405	5.069.399
Trabalho Escravo										
Nº de Conflitos	21	19	17	14	16	21	46	147	238	236
Assassinatos		4	1			1	4	1		2
Pessoas Envolvidas	26.047	2.487	872	614	1.099	465	2.415	5.569	8.385	6.075
Conf. Trabalhista										
Nº de Conflitos			48	56	28	33	25	22	97	107
Assassinatos			1	5				1		2
Pessoas Envolvidas			24.788	386.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202
Outros										
Nº de Conflitos	93	78	12	279	69	90	129	14	20	60
Assassinatos	2	4		4						
Pessoas Envolvidas	36.581	451.157	3.288	106.162	164.809	62.319	106.104	14.352	48.005	107.245
Total										
Nº de Conflitos	554	750	735	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801
Assassinatos	41	54	30	47	27	21	29	43	73	39
Pessoas Envolvidas	381.098	535.134	506.053	1.138.086	706.361	556.772	532.772	451.277	1.190.578	1.083.232
Hectares	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.381.405	5.069.399

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra a Promotora do Ministério Público do Estado do Acre, Dra. Patrícia Rêgo.

Dra. PATRÍCIA RÊGO (Promotora do Ministério Público do Estado do Acre) – Exmo. Senhor Procurador Geral de Justiça, Presidente do Colégio, Procurador de Justiça Dr. Eliseu Buchmeier; Exmo. Senhor Deputado Sérgio Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa Diretora desta Casa; Senhoras e Senhores, a todos o meu cordial bom dia.

Eu me considero uma pessoa bastante otimista e aqueles que convivem comigo costumam dizer que eu sou uma pessoa positiva; usando uma palavra que está muito em voga, proativa. Então, certamente os meus colegas do Ministério Público, os companheiros do Movimento Social, estão esperando um discurso muito alegre e empolgado, até porque nós estamos instalando uma Promotoria de Justiça, para intermediar os conflitos agrários, que é fruto de uma reivindicação antiga, que teve seu ápice naquele seminário, que nós organizamos juntamente com a Procuradoria Geral do Estado.

Eu vejo ali a Dr^a Márcia Sansão, que foi uma das colaboradoras. Tem também vários parceiros como o Manuel, a Regina, o Luizão, que participaram e colaboraram com esse seminário. O Dr. Henrique, do Interacre, representantes do Incra, a Deputada Naluh Gouveia, representando a Assembléia Legislativa. Enfim, nesse seminário foi tirado algumas deliberações, e uma delas seria a instalação de uma Promotoria de Conflitos Agrários. Então, hoje nós estamos aqui para celebrar essa conquista, que é fruto de um esforço dos Senhores Parlamentares e do Colégio de Procuradores da Justiça do Ministério Público.

O meu discurso pode surpreender pelo tom moderado no entusiasmo e na empolgação. Como eu disse antes os números, aqui apresentados pela CPT, Comissão Pastoral da Terra, mostram que os conflitos em 2004, se agravaram, como há muito tempo não víamos e nós estamos bastante atrasados Senhores, pois nós estamos há 500 anos contemplando a luta pela posse de terra nesse País, que tem dimensão continental. Portanto, durante cinco séculos, a concentração de terras, o latifúndio, a grilagem e a violência no campo, têm se perpetuado. A Reforma Agrária é um mandamento imperativo da Constituição Federal e sem sombra de dúvida, e todos nós sabemos disso, o ponto de partida para uma discussão que envolva o desenvolvimento social no nosso país, e em particular aqui no Estado do Acre, em face das nossas riquezas florestais e da biodiversidade.

Quero aproveitar este momento, para fazer um apelo ao Dr. Eliseu Buchmeier, que é Procurador Geral e ao Dr. Osvaldo que é o Corregedor Geral do Ministério Público, que sejam sensíveis a essas causas. Que priorizem, dêem suporte a esse trabalho que começou na Coordenadoria do Meio Ambiente e que agora vai se consolidar através da Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários, que o Dr. Romeu irá assumir. E eu espero, sinceramente, que os ecos dessa Promotoria cheguem a outros locais, como no Poder Judiciário, através do Dr. Samoel Evangelista, com a criação de uma Vara especializada em conflitos agrários, que os Magistrados, engajados com a causa social, saiam dos gabinetes e procurem as áreas de conflitos e na Defensoria Pública, com o Dr. Martiniano, que através do fortalecimento dessa Instituição, poderá fundamentar a defesa desses excluídos sociais.

Então, eu espero sinceramente, que esses ecos possam significar uma mudança de mentalidade e de postura na aplicação desta Lei. Que seja o trilhar de um novo direito, mais comprometido com as mudanças sociais, e não, exclusivamente, com a letra fria da legislação, em detrimento de direitos fundamentais daqueles que estão à margem desta lei. Que seja o casamento, como eu disse antes, do direito com a realidade social, uma saída do gabinete, do despir de togas, de becas, um olhar mais humano e fraterno.

Por fim, quero prestar a minha homenagem e manifestar minha admiração a todos os homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças, que com seu sangue, vêm regando as sementes da esperança, da justiça e do direito nesse país. E para finalizar, sem de todo perder a esperança, vou fazer coro a Oscar Wilde, dizendo e acreditando que o Mapa Mundi que não inclui a utopia, não merece ser consultado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Senhor Manoel Lima.

Senhor MANOEL LIMA (Representante da CUT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhor Deputado, bom dia a todos, gostaria de cumprimentar o Ministério Público Estadual, na pessoa da nossa guerreira Promotora Patrícia Rêgo e o Movimento Social Sindical, na pessoa do meu companheiro Luizão e da Regina. Quero dizer que esse momento muito nos emocionou, visto que nós estamos verificando, até com muitas lágrimas, sangue e com vidas, o avanço em alguns pontos.

Eu considero esse momento como um grande avanço, inclusive estava dizendo para a Dr^a. Patrícia Rêgo, quando o Dr. Eliseu entregava o ato de nomeação para o nosso Procurador, que o Dr. Romeu Cordeiro estava recebendo nada mais, nada menos, que um grande pepino.

Portanto, nós estamos aqui, Procurador, para juntos tentarmos resolver parte dos problemas, principalmente aqueles que requerem providências imediatas.

A CUT-Acre, tem a satisfação de ter, hoje, no Estado do Acre, entre trabalhadores Rurais e trabalhadores Urbanos, 68 mil trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores compreende que fatos como esses são decorrente da persistência, do sacrifício e da luta dos trabalhadores e trabalhadoras no nosso Estado. Em um ano e nove meses, eu confesso para vocês, que não tive o prazer de chorar num plenário como este, mas eu chorei no meio de um varadouro, quando eu encontrei 25 homens da Polícia Militar derrubando casas de pessoas humildes, de pessoas carentes sob uma forte chuva, quando tentavam fazer um barraco para cobrir as crianças e as senhoras de 78 anos de idade e uma mulher em trabalho de parto. Então, eu me senti desprotegido naquele momento, estava apenas eu e o motorista que fisicamente é menor que eu, e 25 policiais militares e eu tentando dialogar com o oficial de justiça, mas a história é sempre a mesma, “mandaram fazer, eu vou fazer”. Eu não pude fazer nada, recuei um pouco, não queria chorar na frente deles, porque vi muita gente chorando, inclusive idosos, fiquei um pouco afastado, não agüentei a emoção comecei a chorar, depois que parei de chorar voltei até o acampamento, porque achava que chorando junto com eles iria deixá-los mais desesperados. Sem contar que quando cheguei no seringal São Bernardo, no lombo de um cavalo, estavam cinco seringueiros algemados, um chorava de raiva, outro chorava de tristeza, outros choravam porque não sabiam o que estava acontecendo, era mais uma liminar de despejo. Porém, a pessoa que estava realizando o despejo não tinha nenhuma sensibilidade, foi inclusive processado por isso, mas conseguimos dialogar e soltar os seringueiros.

Esses problemas aconteceram e vão continuar acontecendo, mas eu sinto que poderiam ser evitados se houvesse diálogo entre os Poderes e os movimentos sociais e sindicais do nosso Estado.

Esse momento aqui é histórico, de grandes avanços, mas precisamos de muito mais.

O Ministério Público demonstra a sua preocupação e a prioridade são as questões do conflito agrário e eu gostaria, em nome de sessenta e oito mil trabalhadores, fazer um pedido ao nosso Desembargador, para que o Poder Judiciário crie uma Vara Agrária, para poder ajudar também o Promotor, que agora recebe essa missão que não é muito fácil de mediar, que é a questão dos conflitos agrários.

Então, como bem colocou a Dra. Patrícia, naquele encontro onde participaram vários juízes e nós tivemos a felicidade de ouvir exemplos de como nós, através do Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, autoridades do nosso Estado e representantes do movimento Sindical e Social, conseguimos construir uma bandeira de luta, que não resolve, mas que ameniza a maioria dos nossos problemas.

Portanto, quero finalizar dizendo que, mesmo com todos esses problemas, compreendo muito bem o pensamento que “o vencedor não é sempre aquele que chega primeiro, mas aquele que permanece na corrida”. Para a CUT para os trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos, nós permanecemos na corrida, em busca de dias melhores, de justiça social e que os nossos governantes possam estar fazendo um

debate, onde as decisões judiciais possam levar em consideração, em primeiro lugar, as questões sociais.

Nós temos um grito de guerra que jamais vamos deixar de estar colocando ele nos nossos eventos: “Os trabalhadores e trabalhadoras unidas, jamais serão vencidos”.

Companheiros e companheiras trabalhadores rurais, com determinação, perseverança, sangue, às vezes, com muitas lágrimas, mas com muita vontade, a luta continua companheiros e companheiras.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra a Presidente da Fetacre, Sra. Regina Freitas.

Sra. REGINA FREITAS (Presidente da Fetacre) – Bom dia a todos, quero cumprimentar a Mesa Diretora na pessoa do Dr. Elizeu e da Dra. Patrícia Rêgo, e a todos os Parlamentares na pessoa da nossa aguerrida Deputada Naluh Gouveia e do Deputado Juarez Leitão; quero cumprimentar também o representante de Movimento Social, na pessoa do Coca, do CNS, e do nosso amigo Luizão que é um exemplo para todos aqui. Gostaria de dizer a vocês da satisfação de fazer parte das lutas do Movimento Social e por ver que hoje, há entendimento entre os nossos Poderes. É com muito orgulho que, através da nossa companheira Patrícia Rêgo, se assim me permite chamá-la, enfrentamos esses conflitos agrários.

Como bem frisou o Manoel Lima, muitas vezes não choramos juntos com os posseiros, porque, naquele momento, representamos a esperança para eles. Eu sempre gosto de guardar as minhas lágrimas para quando estiver sozinha. Então procuramos levar energia e esperança àquelas pessoas que vêm em nós a solução do problema. Hoje, eu me sinto, orgulhosa por estarmos dando os primeiros passos, principalmente no que se refere à Justiça.

No Incra, há muitos processos acumulados e as pessoas que estão lá não têm a sensibilidade de, pelo menos, tirarem da gaveta e darem uma olhadinha neles. Mas, com certeza, os Procuradores que estão aqui, junto com os Procuradores do Incra, irão desarquivar aqueles processos, porque isso é uma injustiça com aquela classe social que tanto espera por nós. Como bem frisou a Dra. Patrícia, alguns candidatos têm um discurso muito bonito quando estão nos palanques, para conquistar nossos eleitores, mas não resolvem os problemas daqueles que os procuram; parece até que esquecem o que prometeram. Enquanto o mundo existir, haverá problemas, mas pelo menos àqueles que já duram 30, 40, 50 ou 60 anos vamos dar uma atenção especial. Eu respeito muito as pessoas que esperam por esses poderes, porque elas não têm acesso a esta Casa, por isso, como representante de trinta e cinco mil trabalhadores que são filiados a esta federação faço esse apelo. Como bem frisou o meu companheiro Manoel Lima, a conquista não é de quem chega primeiro, mas de quem continua correndo. E nós vamos continuar correndo, enquanto Deus nos permitir. Muito obrigada a todos, espero que todos vocês dêem as mãos, porque o Estado não é apenas dos menos favorecidos, mas de todos os acreanos e de quem aqui mora.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Senhor Nonato da Silva.

Senhor NONATO DA SILVA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia a todos os presentes, gostaria de pedir desculpas pelo nosso modo de cumprimentar, visto que nós não conhecemos os representantes das classes que aqui se encontram. Queremos parabenizar de todo coração a iniciativa da instalação dessa Promotoria, em nome dos companheiros e companheiras trabalhadores, posseiros de Porto Acre e porque não dizer de modo geral. Estamos felizes por representar essa classe que hoje está recebendo esse sustentáculo de força para o nosso caminho, pois sem sombra de dúvida, através da Promotoria teremos em quem nos apoiar.

Costumo ser breve quando tenho oportunidade para falar, portanto, para encerrar o meu pronunciamento, quero dizer que essa Promotoria chegou numa hora muito importante. Confesso a todos que andando às margens dos rios, nunca tínhamos nos deparado com situações com as quais nos deparamos nas posses em Porto Acre.

O que vamos falar agora, talvez até já tenha sido denunciado ao Incra, mas não poderia deixar de trazer isso aqui, até porque acho que faz uns 15 anos que nós estivemos nesta Casa, buscando alternativas para o Projeto de Assentamento Dirigido, Porto Alonso. Na época, nós encontramos parceiros que perderam o direito à posse da terra, a qual foi cedida para empresários e fazendeiros. Nós não choramos, porque não somos de chorar, mas prometemos àquele povo, que enquanto não resolvêssemos aquela situação no Projeto de Assentamento Porto Alonso, onde o fazendeiro tem 600 hectares e os quatro parceiros têm 30 hectares dentro d'água. O Incra é proibido de assentar pessoas em locais, onde não haja condições de se desenvolver a produção. O Incra sabe disso mais do que nós, porque lá tem doutores, tem advogados, é uma instituição muito antiga. Então, temos que resolver esse problema da terra, visto que nós temos companheiros que chegaram lá aos quatro anos de idade e hoje têm netos. Eles nos perguntam: Como é que vai ficar isso? O sindicato não pode fazer uma declaração para nós? E como nós vamos fazer uma declaração dando posse a um companheiro num lugar onde ele não pode nem trabalhar, porque o lugar é agitado. Então, esperamos contar com essa promotoria, para que possamos solucionar esses problemas.

Ainda há pouco, um repórter nos procurou e nós dissemos-lhe que a situação agora está muito mais difícil, porque já houve tempo suficiente para os camaradas que fizeram grilagem documentarem a terra nos cartórios. E agora nós vamos tomar esses documentos deles? Portanto, esperamos contar com essa Promotoria para resolvermos esses problemas. E sabermos que muita terra que os grileiros têm nesse Acre, não foram compradas dignamente.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Senhor José Maria.

Sr. JOSÉ MARIA (Diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Promotores, Procurador de Justiça, Secretário de Estado, Secretário Municipal, meus companheiros do Movimento Social, liderança rural, estamos vivendo um momento muito importante, visto que com a instalação da Promotoria de Conflitos Agrários, nós conseguimos realizar um sonho de muitos anos. E, olhando aqui a apresentação que foi feita pela companheira da CPT, e também pelo companheiro Manoel, constatamos que no nosso Estado, ultimamente, não ocorreu nenhum assassinato por conflitos de terra. Isso mostra que já demos um passo, uma avançada grande no processo, mas não significa que já resolvemos o problema fundiário do nosso Estado.

A grande diferença é que os problemas aqui do Estado se diferenciaram dos demais Estados, principalmente no sul do Pará. O Manoel relatou muito bem aqui, inclusive até chorou de emoção, quando citou que viu 25 famílias serem despejadas de suas propriedades, em saberem para onde ir. Hoje, aqui no Estado, nós conseguimos chegar até o local onde as pessoas estão sendo despejadas. Em muitas regiões do País, principalmente no sul do Pará, quando você chega no local de despejo, as pessoas já tem sido assassinadas pelos madeireiros, pelos fazendeiros. As ações dos fazendeiros naquela região são muito mais perversas do que no nosso Estado.

Achamos que o Promotor Romeu está assumindo um grande pepino, porém num estágio bem avançado, visto que há 15, 20 anos, todo mês, morria um trabalhador rural pelo conflito da terra. Hoje, nós já temos um espaço aberto para o diálogo, nós podemos sentar e conversar com os próprios fazendeiros e madeireiros sem ser preciso ir protegido de colete de bala, porque a conversa já está muito no diálogo. As ameaças de morte estão reduzidas e nós precisamos resolver, agora, de forma amigável, a questão da expulsão dos seringueiros ou dos trabalhadores rurais de sua propriedade. Nós precisamos resolver imediatamente esta situação, para que possamos regularizar a posse de terra das pessoas que têm direito. A instalação dessa Promotoria Agrária foi uma grande conquista, agora temos que criar também, de imediato, uma Defensoria Agrária, para que possamos garantir a posse dos companheiros que estão fora de reservas extrativistas, fora dos assentamentos e precisam regularizar suas posses. Sabemos que existem inúmeras situações, como, por exemplo, o direito de “uso capião” e que

não tem mecanismo de entrar com essa ação, que é um direito que ele tem mediante a Justiça.

Nós temos, hoje, a Promotoria instalada, então que o nosso próximo passo seja a instalação também, de uma defensoria, para que os processos avancem e, num futuro breve, possamos garantir a posse de todos os nossos companheiros que, ainda hoje, vivem sendo ameaçados de serem expulsos pelos madeireiros, pelos fazendeiros ou por grileiros que não têm nenhuma atividade na terra, mas preferem desabrigar pessoas para comercializar a terra.

Achamos que esse é o nosso desafio, portanto, precisamos estar juntos, o movimento social, o Poder Judiciário, e os nossos companheiros Deputados e, num curto período, possamos resolver esse problema fundiário. O nosso Estado tem espaço para todos, basta que se faça a coisa com responsabilidade e seriedade.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Exm^o. Senhor Presidente da Assembléia Legislativa que hoje, de forma muito gentil e honrosa, cedeu o espaço físico deste Poder para que o Ministério Público, através de seu Conselho de Procuradores, realizasse a sessão de instalação e posse da Promotoria destinada a mediar os conflitos agrários desse Estado; Senhor Procurador Eliseu Buchmeier, Desembargador Samoel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Edson Manchinne, Procurador Geral do Estado, Senhores Procuradores e Procuradoras, Promotores e Promotoras, Deputados e Deputadas companheiros, pessoas ligadas aos Movimentos Sociais, CUT, Fetac, esta Sessão Solene do Colégio de Procuradores, tem um significado muito grande para esta Assembléia Legislativa. Não consegui identificar nenhum registro nesta Casa, especialmente neste período em que sou Deputado, de que qualquer órgão ou instituição, tivesse realizado aqui uma Sessão para homenagear a Assembléia Legislativa pela contribuição dada a legislação necessária para a implantação da Promotoria.

Nós aprovamos aqui, em dezembro de 2004, a Lei Complementar Nº 140 que entre outras modificações, propõe a criação da Promotoria destinada a enfrentar os conflitos agrários no Estado. E isso me faz lembrar outros atos importantes que esta Assembléia também realizou em prol dos movimentos sociais no Acre e sequer foi convidada para as reuniões nas comissões de implantação. E cito como exemplo a Comissão que se destina a realizar o empréstimo, que nós desta Assembléia, autorizamos o Governo do Estado contrair junto ao BID no valor de cerca de 58 milhões de dólares. Todas as instituições ligadas ao meio ambiente, aos movimentos sociais, universidades, foram convidadas através de um Decreto, Senhor Presidente, apenas a Assembléia Legislativa, exatamente quem contribuiu para a autorização deste empréstimo, depois de longos debates, não foi convidada, num gesto que considero, particularmente desrespeitoso por parte do Poder Executivo. Não se justifica que todos os órgãos, instituições e movimentos sociais sejam convidados e exatamente a Assembléia Legislativa seja excluída do rol daquelas entidades que poderiam participar da avaliação do Projeto do BID.

Cito também como exemplo, Senhor Presidente, a reunião que S. Ex^a. o Governador, estará realizando hoje e amanhã para tratar exatamente deste assunto que considero extremamente importante, já que não conseguimos combater as causas e que não dispomos de instrumentos para atacar o problema na sua origem, que combatamos então, os efeitos, através da instalação desta Promotoria. E, hoje foi noticiado num jornal pró-Governo que o Governador convida o Incra, a CUT a Fetac, o Simpasa, o Conselho Nacional de Seringueiro, Grupos de Trabalho da Amazônia e o Centro de Trabalhadores da Amazônia, esquecendo exatamente daquela que tem dado a maior contribuição. E se eu tivesse que encontrar uma justificativa para isso diria que, a negativa em convidar a Assembléia, talvez se dê pelo fato de que fazendo o convite estaria convidando também aqueles que não concordam com este modelo de desenvolvimento, pois os que não concordam terão sempre coragem de questionar S. Exa. o Governador, que trata as coisas neste Estado de forma muito particular, esquecendo que nós somos um conjunto.

Não considero que o meu dileto amigo Romeu Cordeiro tenha tomado posse de um pepino como foi dito aqui umas duas ou três

vezes. Mas acredito que certamente ele terá muito trabalho e precisará de muita energia e boa vontade, porque o primeiro obstáculo que enfrentará será exatamente o Poder Executivo.

Nós não podemos esquecer que está em curso no Congresso Nacional, com o apoio dos nossos Deputados Federais, o Projeto que trata da implantação das Florestas Públicas, com artigos draconianos, que vão desde a concessão de imensas áreas às grandes madeireiras, por prazos contínuos ou não, que variam de cinco a sessenta anos. Nós não temos dúvida alguma de que um Projeto dessa magnitude, implantada numa área onde a questão fundiária não está equacionada e a posse da terra ainda não está devidamente resolvida, nós teremos, realmente, muitos conflitos.

Imagino a área do Liberdade, onde nós temos milhares de pequenos produtores que não têm a titulação devida das suas terras; certamente estas serão entregues as megas madeireiras asiáticas e européias. Não devemos crer que estas relações entre grandes madeireiras e os pequenos produtores, se dará na base da paz e amor. A nossa história não registra que as grandes casas aviadoras, que se instalaram aqui, tivessem tratado os nossos seringueiros de forma decente e apaziguadora, sempre houve conflito, porque os interesses dessas megas madeireiras, são divergentes dos comunitários, que ali residem.

Então, Senhor Presidente, meus colegas Deputados, convidados, aliás, na verdade os convidados somos nós, já que não conseguimos, repito, combater as causas, regularizando a posse da terra nesse Estado e não conseguimos fazer a tão sonhada e falada Reforma Agrária, pelo menos estabelecemos os instrumentos necessários, para mediar, amenizar os conflitos que decorrerão deste confronto, que por certo, não tenho dúvida nenhuma, ocorrerão, porque as nossas florestas, por mais que a Imprensa domada, domesticada e muito bem paga desse Estado não diga, estão sendo entregues às megas corporações que já estão prestes a se instalar no Acre. E qualquer pessoa, com inteligência mediana sabe que os primeiros grileiros que virão para as florestas públicas serão os madeireiros. Na verdade não são grileiros, mas garimpeiros que virão para cá tirar as nossas riquezas por algum tempo. Por vinte anos, talvez, farão aqui exatamente o que fizeram nas florestas da Ásia, do Suriname, no interior dos Estados do Amazonas e do Pará. Pedimos a Deus que eles mudem o seu comportamento e no Acre façam diferente, porque se agirem da mesma forma nós iremos nos deparar com casos como os que assistimos na televisão que ocorrem em Anapu, no Sul do Pará, em Itacoatiã e em quase todas as regiões onde as megas madeireiras se instalaram.

Não sou contra investimentos, mas contra a hipocrisia de alguém que quer colocar esta questão como a redenção para o Estado do Acre.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Promotores e Promotoras, gostaria de parabenizar o Ministério Público por esta brilhante iniciativa. E dizer que eu me sinto muito honrado em participar desta Sessão, que de certa forma, contempla também um pouco o trabalho dos Deputados e é o reconhecimento explícito de que as coisas podem ser feitas de forma coletiva. Gostaria de parabenizar especialmente o Dr. Romeu Cordeiro, o qual tenho o privilégio de conhecer há alguns anos. Somos inclusive colegas de serviço. E dizer que, enquanto Deputado for, estarei aqui para abraçar essas causas.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Deputado Juarez Leitão.

Deputado **JUAREZ LITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero cumprimentar a Mesa Diretora, na pessoa do Deputado Sérgio Oliveira, os Promotores de Justiça, Secretários de Estados e do Município e colegas do Movimento Social, onde teve origem a minha carreira política.

Quero parabenizar o Ministério Público por essa iniciativa. Talvez existam pessoas que não têm conhecimento da luta do Movimento Social, para transformar a qualidade de vida e amenizar o sofrimento dos seringueiros ribeirinhos e daqueles que estão envolvidos no conflito pela posse da terra.

Quero dar um testemunho, não para minha promoção, pois quem me conhece sabe que eu não de fazer isso. Quando fui convidado

para ser Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o meu maior medo era me encontrar com um Juiz de Direito, com um Promotor ou com um Delegado de Polícia, porque isso, para o Movimento Social, durante muito tempo, foi bicho-papão. E como até dentro das famílias têm irmãos que são bons e outros que são ruins, dentro das instituições não é diferente. E nós tivemos dentro do Judiciário, pessoas que trabalharam durante muito tempo a serviço do latifúndio. Não quero generalizar, mas nós sabemos disso e das dificuldades que os líderes de movimentos tiveram para implantar as primeiras ações.

Eu sou otimista, porque através dessa luta muita coisa mudou, apesar dos números apresentados pela CPT nos envergonharem. Fico até deprimido com esses números e a nossa esperança é que, isso mude. Mas a nossa luta não pode parar e nem a nossa esperança acabar, mediante os números que não são favoráveis, no momento.

Sabemos que a terra é problema desde que o mundo é mundo. Se lermos a Bíblia veremos que desde os primórdios da humanidade já haviam brigas, por disputa de territórios até mesmo entre aliados, como, por exemplo, Abraão e Ló, seu sobrinho.

Com certeza, essa promotória, que está se instalando aqui, continuará tendo problemas. Existe em nosso País, uma perversidade muito grande e não é apenas na questão da reforma agrária; temos que acatar outras coisas, como a distribuição de renda, onde existe uns que ganham muito e têm tudo e outros que não têm nada. Não quero aqui achar um culpado, pois se tivesse que achar um culpado, culparia a todos nós, porque isso é um problema da sociedade, do Governo, das instituições e de cada cidadão. Lutar por transformações sociais no País é como condenar a si mesmo à pena de morte. Nós temos vários exemplos de pessoas que foram assassinadas, como Chico Mendes, Evair Igino e Wilson Pinheiro, porque lutaram pela criação da Reservas Extrativistas e pela redução dos conflitos pela posse a terra.

Hoje, podemos dizer que tivemos um pequeno avanço, porém, em outros lugares do nosso País, o latifúndio ainda predomina e não podemos definir um problema, sem conhecermos suas causas, e elas podem ser governos inoperantes, entretanto, também pode ser por conta da impunidade. Eu acho que a CPT deveria ter mostrado os números dos latifundiários que cometeram assassinatos e estão impunes.

E agora com a morte do Papa eu vi o Leonardo Boff falando em uma entrevista que a igreja tem tido muita dificuldade de lutar pelas transformações sociais; dificuldade de colocar o dedo nas feridas e mazelas sociais.

Então, eu não estou fazendo meia culpa, tampouco defendendo o Governo do nosso Presidente Lula, do qual eu faço parte por ser do mesmo partido, mas quero dizer que o problema da Reforma Agrária não é um problema tão simples, tendo em vista, um país de dimensão social tão complexa como o nosso. Todavia, não devemos nos acovardar e não enfrentar o problema. Se fizermos um histórico, veremos o que já avançamos, porque às vezes falamos mais daquilo que deixamos de fazer, ao invés de falarmos sobre o que já fizemos. Tivemos avanços dentro do movimento social, das instituições e dentro do Parlamento; temos que reconhecer isso como uma coisa boa. O companheiro Zé Maria (o Boca) do Conselho Nacional dos Seringueiros, falou que, hoje, já pode sentar com os movimentos sociais, antes não conseguíamos isso.

Se formos olhar as causas do assassinato de vários companheiros nossos, veremos que são as mesmas bandeiras de luta de hoje; ninguém queria tomar nada de ninguém. O que queríamos era que fosse reconhecido o direito de cada um. Pense numa pessoa que mora cinquenta anos numa área e de repente chega lá um indivíduo com um documento, dizendo que a propriedade é dele e o dever do morador é sair, e isso muitas vezes era legitimado pelos Poderes.

Então, temos que ficar envergonhados com alguns números, mas temos o direito de comemorar alguma coisa também. Quero dizer com isso que o Ministério Público está de parabéns, por acatar uma decisão dos movimentos sociais, porque, às vezes, as causas são tratadas no varejo e não no atacado. Quando se trabalha uma lei que permite que todos os setores que são ligados à causa venham para esta Casa, trabalhasse no atacado e assim conseguimos solucionar muitos desses problemas. Então, em nome do PT e dos movimentos sociais, a quem devo muito, inclusive por está aqui neste Parlamento, quero dizer que a luta continua, outras frentes de lutas virão e a cada dia nós estaremos mais fortes. A nossa luta não consiste em enfrentamento com nenhum Poder, porém

na busca de aliados. É importante que, nesse momento, tenhamos aliados aos Poderes, Judiciário, Executivo e Ministério Público.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra a Deputada Naluh Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros, eu juro, por mais que político goste de falar, hoje eu não iria discursar. Mas, quando eu vi uma legítima Rêgo, falar daquele jeito, não pude ficar calada. Patrícia faz parte da minha vida. Ela ajudou tanto a mim como o Polanco.

Eu sou professora e atuo no sindicato urbano, todo mundo sabe que a minha vida foi construída neste percurso aqui da Getúlio Vargas, mas algumas companheiras foram decisivas na minha vida rural. Quando eu era Presidente do Sinteac, houve o primeiro grito da terra e todos os companheiros e companheiras tomaram banho naquele sindicato, foi a primeira vez que um sindicato urbano abriu suas portas aos companheiros da zona rural e eu passei três dias, aqui embaixo, pegando assinaturas, credenciando essas pessoas. Esse ato me emocionou muito, porque a atuação deles é extremamente diferente da urbana. Mensalmente nós temos um salário, a não ser que tenhamos a ‘peste’ de ter um Governador como o Orleir Cameli ou o Romildo. Se não tiver essas ‘pestes’, todo mês é sagrado termos o nosso salário, na zona rural não é assim.

Boa parte das companheiras e companheiros que me ajudaram estão aqui, comigo. Tem o Zé, o Manuel, a Regina, o Luizão, que é um exemplo de militante dentro do nosso partido. Tem o Lhé, a Ivanilde, o Nonato, a Sara, a Nazaré. São muitos companheiros e companheiras. Eu faço o que essas companheiras me ensinaram. Eu estava vendo o livro da CPT e fiquei emocionada. Eu mesma presenciei uma situação triste no Judia, por isso que temos que ver o outro lado também.

Todo mundo sabe como é a minha atuação, porém a Patrícia é uma guerreira e agora ela e o Romeu, com certeza, vão fazer um excelente trabalho.

O Ministério Público, através da Nazaré e da Patrícia, organizou um seminário que para mim foi um dos melhores que eu participei na minha vida. E olha que eu tenho uma caminhada extensa nessa área.

Dr. Samoel Evangelista, têm uns Juízes que não conseguem sair do seu canto para que possamos ouvi-los e eles são a nossa esperança, para que não haja conflitos. Se eles tivessem um pouquinho de sensibilidade de sair das quatro paredes e ouvir quem tem que ser ouvido, muitas coisas seriam resolvidas. Mas não conseguem. Dr. Samoel Evangelista, existem muitos desses guerreiros em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e aqui no Acre. Todavia, teve uma Juíza que foi além dos limites, quando disse que nós tínhamos armado uma arapuca para o Judiciário. Esse termo arapuca é muito forte para ser pronunciado por uma Juíza.

Deputado Luiz Calixto, numa coisa V. Exª tem razão a Assembléia tem recebido engraxates, flanelinhas, atores, autoridades como os que nós vamos receber esses dias, quando da homenagem aos 25 anos do meu partido. Agora não ver o trabalho que a Assembléia Legislativa deste Estado está fazendo é ser cego. Nós não queremos competir com ninguém, pelo contrário, nós queremos é contribuir. Excluir quem está querendo debater, não é correto, não é sadio, não é sensato, não é de líder. Nós temos um Ministério Público que fez um seminário belíssimo e é importante mostrar para a população que uma entidade que já foi tão desacreditada, hoje é formada de mulheres e homens guerreiros que fizeram uma opção pelo que é legítimo. Contudo a Assembléia também está trilhando este caminho, só não vê quem é cego.

Giselle, uma semana antes da Docelina ser morta, eu estive com ela. Nós dividimos o mesmo quarto no hotel. A Docelina era Prefeita de Novo Mundo. E quando íamos pegar o avião, ela disse: ‘Naluh, cuidado com o narcotráfico!’ Eu olhei para ela e disse: cuidado também. A Docelina, apesar de ser deficiente física, era militante do MST, Prefeita, membro do PT e tinha toda característica de quem ia ser assassinada. Já repararam que as características são iguais? São geralmente esses perfis: são do MST, do PT, são pessoas de sindicatos.

Eu estava numa atividade em Brasília e um colega meu, ligou-me e disse: mataram a Docelina. Agora não adianta dar uma de Robin Hood. Essa é uma construção de muitas mãos, mãos anônimas, mãos de covas, mãos de madeireiros corretos, pois existem pessoas corretas também nesses movimentos. Mãos principalmente calejadas, como as do Luizão, que não é como nós servidores, que todo mês recebemos um salário.

Minha mãe dizia assim: “Você não vai mudar o mundo!”. Mas eu estou fazendo a minha parte, assim como a Patrícia que faz a dela e de outras pessoas. Quando eu disse que era uma legítima Rêgo é porque o Acre ainda não sabe o que devemos ao professor Rego. Se faz homenagens, neste Estado, para alguns babacas, como a que fizeram para o Ilmar Galvão, só porque é autoridade judiciária, mas não fazem para quem realmente merece. Nisso eu sou como a Marina, o Manoel. Não sou a flecha, sou o arco, mas quero estar sempre com vocês nessa luta. Não sou aquela que está lá na frente, sou aquela que está lá atrás. Mas quero reafirmar meu compromisso de luta.

O Ministério Público está fazendo sua parte, assim como nós. O que não se pode é tentar ser Robin Hood. Alguém disse que era autoridade maior em algumas situações, mas eu vi um cabra macho responder que autoridade maior era ele como trabalhador. Isso é coisa de homem que sabe qual é sua posição dentro da sociedade.

Eu só queria aproveitar a oportunidade, em nome do Presidente da Assembléia Legislativa, para entregar aos Senhores Samoel e Eliseu um material confeccionado pelas Comissões Agrária e Direitos Humanos, quando da visita que fizemos ao presídio do nosso Estado. Nesse documento apresentamos sugestões e, inclusive, estou levando esse trabalho, a pedido da Mesa Diretora, para apresentar numa Conferência de Direitos Humanos, que realizar-se-á nesse final de semana. Vou representar esta Casa, com muito amor e satisfação. E vamos entregar para o Lula e para o Nilmário Miranda este documento relatando como está o nosso presídio. Mas não faremos isso com ar derrotista, de que são homens e mulheres que estão ali, porque fizeram algo errado. Isso é verdade, porém eles têm que cumprir sua pena com dignidade.

A luta continua companheiros, seja na rua, no campo, enquanto não tivermos condições de fazermos a nossa Reforma Agrária.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Dr. Eliseu Buchmeier, é um prazer tê-lo aqui na nossa Casa presidindo esta Sessão Solene. Em nome da Dra. Patrícia Rêgo, a qual através de sua fala me deu subsídio para eu vir a esta tribuna, eu quero cumprimentar todas as autoridades presentes.

Senhores Deputados, companheiros na galeria, companheiros da Imprensa, considero de grande importância para nós Deputados dessa Legislativa termos aprovado o projeto que criou esta Promotoria. Foi um momento importante para mim e para todos os Deputados que aprovamos por unanimidade este projeto. Nós não poderíamos deixar de ficar orgulhosos por isso. Este é um projeto de grande magnitude para o nosso Estado, porque agora nós vamos ter onde recorrer para tentar resolver a questão do Movimento dos Sem-Terra e da Reforma Agrária. Hoje, é incumbência do Promotor Romeu resolver estes problemas no nosso Estado. A Dra. Patrícia Rêgo que é muito positiva nas suas colocações também expôs isso.

Na época da morte do Chico Mendes, eu exercia a função de policial militar, e nesse momento, eu tenho que criticar o que aconteceu, pois acredito que houve falha das autoridades, no sentido de não acreditarem no que estava acontecendo. O Chico Mendes fez várias denúncias sobre as ameaças de morte que vinha sofrendo. Ele recebia cartas que continham essas ameaças, mas as autoridades não acreditavam, assim como não acreditaram na irmã Dorothy, que também recebeu várias cartas com ameaças. E ela já havia feito pedido de segurança; mas as autoridades não tomaram nenhuma providência. Daí aconteceu com ela o mesmo que houve com o Chico Mendes.

Eu fico alegre com a criação dessa Promotoria; porém, Dra. Patrícia, eu não fico totalmente tranquilo, porque nós podemos estar criando uma Promotoria para defender os interesses de um administrador que busca uma Reforma Agrária que não seja condigna com a que o

Manoel citou. Isso pode acontecer, porque noutra época, isso já aconteceu no nosso Estado. Esperamos Dr. Romeu, que com a criação dessa Promotoria estejamos fazendo o melhor para a população do nosso Estado.

Recentemente houve uma reunião para discutir a criação e gestão de florestas públicas. Na época, eu não estava no Acre, estava doente, mas vi pelos jornais que um rapaz rasgou o documento do projeto. Muitas vezes são aprovados projetos que tiram a liberdade dos seringueiros e agricultores de explorarem a floresta, mesmo de forma legal.

Senhores Deputados, imaginem se os madeireiros forem autorizados a fazer exploração da floresta no Seringal Liberdade. Quantos colonos e seringueiros existem lá dentro? E como vão ficar? Hoje, Senhores, está saindo muita madeira do Acre. O Manoel deve estar sabendo disso melhor do que eu. Não encontramos uma dúzia de tábua de primeira por menos de R\$ 90,00. Isso é um absurdo, mas está acontecendo, porque toda madeira que está sendo explorada está saindo do nosso Estado. E deveria ficar aqui, para beneficiar o nosso povo, ou seja, deveria ser vendida aqui, para fabricação de casas ou móveis. Da forma que os seringueiros estão fazendo, também estão perdendo, pois eles estão vendendo a madeira lá na sua comunidade. As madeiras estão vendendo em forma de pranchas. E também estão perdendo. Então, nós precisamos ter essa preocupação. Esse plano implantado pelo Governo da Floresta não está atendendo as necessidades de quem vive na floresta.

No passado, o PT cresceu em cima da bandeira da Reforma Agrária. E o que, hoje, nós vemos são invasões e mais invasões de terra, porque o Governo Federal não está fazendo a Reforma Agrária.

O nosso Estado tem condições de realizar uma boa Reforma Agrária, a fim de atrair mais produtores rurais para cá, para que tenhamos condições de viver da nossa própria agricultura. Atualmente, estamos comprando tudo de outros Estados. Isso acontece por causa dessa forma de governo que está implantado em nosso Estado.

Se o pequeno agricultor plantar, ele vende a sua produção, no entanto estamos comendo arroz, feijão, farinha e milho produzidos em Porto Velho, que fica bem próximo daqui, e o solo de lá é bem pior que o nosso. Então, nós temos que fazer uma Reforma Agrária, em que o pequeno produtor produza para si e para quem mora na cidade.

Outro problema detectado aqui, é a quantidade de terra que é destinada para cada colono, conforme disse um companheiro do Projeto Porto Alonso, é muito pouca. Eu conheço aquele projeto, e sei que existem produtores lá, que estão abandonando suas áreas, porque já plantaram em dez hectares e não podem mais desmatar. Se o produtor quiser plantar mais, ele tem que ter outra área, só que tem que está no nome de um filho.

Então, nós temos que rever tudo isso, Dr. Romeu. Como falou a Dra. Patrícia, não podemos perder a esperança de ver o nosso Estado independente. Esse é um sonho meu, porque meu pai era agricultor e criou dez dos dezenove filhos que ele teve trabalhando na agricultura. Hoje, quase tudo que eu compro vem de fora. Só produzimos aqui, carne bovina.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Deputado Sérgio Oliveira, V Exa. nos últimos anos, tem dado uma demonstração concreta, real, de que é possível transformar este Poder num espaço democrático, pois como disse a Deputada Naluh, tem trazido para cá, do empresário ao jornalista, do magistrado ao indígena. Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Samoel Evangelista, Senhor Procurador Geral do Ministério Público, Dr. Eliseu Buchmeier, Senhor Procurador Geral do Estado, Dr. Edson Manchinne, companheiros do Movimento Social de onde nós viemos; Senhores Procuradores, Promotores, Secretários de Estado e do Município, gostaria, inicialmente de fazer dois registros: o belo discurso da Dra. Patrícia, que nos faz lembrar que viemos de um lugar muito difícil, de luta e sofrimento, e o relatório da CPT da irmã Joana D’arc. Foi muito bonito. Esse é o real

relatório sobre o Brasil, sobre o problema de terra, e eu gostaria que o Papa Bento XVI o recebesse, para que conhecesse a situação do Brasil e da América Latina e se comovesse com o nosso povo.

Quero registrar a ausência do Deputado Edvaldo Magalhães que está doente em Brasília, que foi o Deputado que intercedeu junto à Mesa Diretora, para que se realizasse esse ato.

Às vezes, eu penso que nós temos uma grave deficiência de memória, pois um ato deste, há dez anos aqui, era impossível ser realizado. Há exatos dez anos eu já era Vereador do Município de Tarauacá, e estive preso numa delegacia, durante vinte e quatro horas por problemas de posse de terra. Então, este ato do Ministério Público Estadual, em parceria com a Assembléia Legislativa, representa um avanço que, às vezes, não conseguimos sequer perceber a dimensão, muito menos valorizar.

O relatório da CPT, da Irmã Joana D'Arc é o relatório do Brasil e é real, mas não é o relatório do Acre, porque nele não consta as minhas quatro prisões em Tarauacá, sendo três delas por causa de terra. Isso acontece porque esse relatório é recente, porque se fosse há dez anos, talvez esses episódios estivessem narrados. Então, há avanços concretos no Acre. Ainda existem problemas de terra? Sim. Eu, pessoalmente já fui para ocupação de terra como Deputado; levei o paletó, V. Exa. se lembra Presidente da CUT? Em Tarauacá, ocupei o Incra, o Ibama, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e até a Delegacia de Polícia.

Agora, estou à disposição do Movimento Social do Vale do Acre e de Rio Branco. Podem me convidar para qualquer ação, companheira Regina e companheiro Manoel Lima. Estou pronto para qualquer ação em defesa dos trabalhadores rurais, especialmente dos sem-terra. No entanto, sou um homem de diálogo. Estarei na ocupação, mas estarei defendendo o diálogo dos sem-terra com os proprietários, e defendendo cadeia para aqueles que quiserem desrespeitar a lei. Acho que esse é o sentimento que embala o novo momento do Acre, e nós devemos aproveitar esta solenidade de hoje para marcar um debate para a próxima semana. Eu gostaria de trazer para o debate os meus companheiros, lideranças indígenas, lideranças rurais de Tarauacá, de Jordão. O Deputado Juarez pode trazer para o debate, companheiros, trabalhadores rurais do Vale do Juruá, porque lá sim, estão abandonados e isolados. Seria importante que fizéssemos uma solenidade de instalação de uma Procuradoria Especial para mediar os conflitos agrários. Essa mediação, Deputado Luiz Calixto, é fundamental porque, por exemplo, sobre florestas públicas, eu tenho uma opinião oposta à sua. Eu considero que a concessão de exploração de florestas públicas é um avanço. Inclusive é uma bandeira socialista, porque é possível manter a exploração da terra sob o controle do Estado; é muito diferente das casas aviadoras, porque estas aviavam os capitalistas, não havia nenhum controle do Estado. Os seringalistas eram os senhores feudais, eram o Estado e o Juiz. Aliás, eram Deuses na terra, porque faziam até casamento.

Como o próprio nome diz, as florestas são públicas. O Iteracre, cujo Secretário está presente aqui, tem recursos suficientes para legalizar e regularizar todos os posseiros nas quatro florestas públicas. Todos serão regularizados. Não entrará uma empresa para explorar recursos naturais, especialmente a madeira, nas florestas públicas, sem que antes todos os posseiros estejam regularizados.

Apesar de sermos comunistas, tenho uma formação religiosa, teológica, mas não precisamos rezar para que os capitalistas que virão, tratem bem o nosso povo; aqui nós estaremos organizados, com o Ministério Público eficiente, com uma Assembléia aberta ao reclamo do povo, com o Movimento Social politizado e mobilizado, e com o Estado comandado pela Frente Popular, que respeita os interesses do cidadão, especialmente os mais pobres. Portanto, não precisamos pedir de joelhos que eles nos tratem bem. Eles farão isso, porque haverá leis aqui e eles vão respeitar.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Procuradores, Senhores Deputados, eu gostaria de ler um micro-conto de meia página, ao qual nós fizemos uma reformulação permitida pela Bíblia, em homenagem a esta bela criação dos Senhores que é ter uma instituição para mediar os conflitos agrários no Acre, chama-se o grão de mostarda. (LENDO)

Contos Bíblicos

O GRÃO DE MOSTARDA

Jesus disse: o reino dos céus é semelhante a um grão de mostarda. É a menor das sementes, mas depois de crescida é a maior das hortaliças, chegando até a tornar-se árvore, em cujos ramos as aves do céu vêm aninhar-se!

Um discípulo perguntou:

- Mestre, queres dizer que o reino dos céus começa pequeno e depois fica grande?

Um outro arriscou:

- Mestre, as aves do céu da parábola são os homens justos?

Um terceiro se impacientou:

- Mestre, diga-nos logo: quem são as aves do céu e o que são as sementes?

Jesus finalmente falou:

- A mostarda é erva daninha odiada por todos os senhores de terra. Na Palestina e em todos os lugares por onde andei não há pequenos agricultores. Toda a terra pertence aos barões, generais do Império Romano e judeus que venderam a honra. A mostarda cresce com rapidez, esparrama-se pelos trigais e atrai os pássaros predadores, que comem toda a plantação. Entendeis agora porque comparei o grão de mostarda ao reino dos céus?

Naquele dia, sem ninguém perceber, aquele camponês judeu do mediterrâneo dera um passo no rumo da sua crucificação. Somente os pobres da Palestina não entenderam a parábola de Jesus!

(Sem revisão do orador)

Dr. ELISEU BUCHMEIER (Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual) – Bom dia a todos, inicialmente eu quero cumprimentar o Senhor Presidente da Colenda Assembléia Legislativa, Deputado Sérgio Oliveira, através de quem eu quero estender os cumprimentos aos demais Parlamentares aqui presentes e servidores da Casa do povo; cumprimento também o Desembargador Samoel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador Geral do Estado, Edson Manchinni, neste ato representando S. Ex^a o Governador Jorge Viana, através de quem eu quero estender os cumprimentos aos demais membros do Executivo; estendo meus cumprimentos ao Doutor Roberto Ferreira, Procurador do Estado e atual Chefe do Gabinete Civil; ao Cel. Elivan, Chefe do Gabinete Militar; ao Senhor Mário Jorge Fadel Secretário de Agricultura Municipal, representando neste ato o Prefeito do Município de Rio Branco; os colegas Procuradores e Promotores aqui presentes; cumprimento também os Senhores representante do Movimento Sindical, Senhoras e Senhores.

É com vivo contentamento que no dia de hoje instalo a Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários nesta Casa do povo. A escolha do local não representa mero acaso. Significa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o reconhecimento e o respeito do Parquet Acreano por esse Parlamento, que demonstrando sensibilidade com os anseios da sociedade, introduziu em nosso ordenamento jurídico a Lei Complementar n. 104, de 20 de dezembro de 2004, diploma este, que veio promover importantes modificações em nossa Lei Orgânica, dando vida jurídica à Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários.

A criação da Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários representa avanço significativo para o nosso Estado e serve de estímulo àquelas Unidades da Federação que ainda não o fizeram. De fato, pois o Órgão de Execução ora instalado, reveste-se de importância singular na mediação dos conflitos agrários envolvendo latifundiários e trabalhadores sem-terra;

fazendeiros e seringueiros; brancos e índios; bem como em poderoso instrumento de combate à criminalidade ocorrente no campo, sobretudo contra os autores de homicídios, dos formadores de quadrilhas, dos grileiros de terras públicas (estes agindo muitas vezes com a criminoso convivência de agentes notariais), daqueles que se locupletam do trabalho escravo, dos biopiratas que nos roubam a flora, a fauna e o conhecimento de nossas populações indígena e cabocla.

Veio em bom tempo este útil e promissor instrumento, pois o Brasil precisa fazer justiça social e justiça agrária para acabar com a impunidade. Precisamos ouvir o conselho de João Paulo II e fazermos a Reforma Agrária no Brasil. Não é possível que 1% da população controle 45% das terras deste País, chega de sermos, vergonhosamente, o segundo País em concentração de terra! De um lado grandes latifúndios improdutivos e de outra imensa massa de trabalhadores sem-terra. A Constituição Federal que assegura o direito de propriedade ao mesmo tempo impõe restrições a esse mesmo direito, ao estabelecer que a terra tem que cumprir sua função social.

Não precisamos de mais mártires. Basta-nos todos aqueles que já morreram, de Chico Mendes a Dorothy Stang, das 72 vítimas anônimas em 2003 às 39 de 2004. Não mais precisamos de tragédias como a de Eldorado dos Carajás, Corumbiara ou de massacres como aquele imposto aos fiscais do trabalho em Unai, Minas Gerais.

Precisamos trabalhar, e muito, para reduzir os conflitos, os quais vêm crescendo assustadoramente, tanto que em 2002, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, o Brasil registrou 925 conflitos, números este que em 2003 chegou a 1609 e no ano passado a 1801. No nosso Estado também temos conflitos, tanto que, segundo matéria divulgada no Jornal Página 20, de 11 de março de 2004, nada menos do que nove áreas encontram-se em situação de tensão, como as dos Seringais Cachoeira e São Bernardo, localizados no Riozinho do Rola, dentre outras.

É preciso que neste milênio se corrija a injustiça de concentração, inaugurada com as capitanias e sesmarias e que nos acompanharam nos últimos quinhentos anos!

Vê-se, pois, que a Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários traduz-se em instrumento útil e necessário. E certamente com isso quem ganha é a sociedade acreana.

Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**Dr. ELISEU BUCHMEIER**) – Agradecemos a presença de todos e encerramos a presente Sessão. Nesse momento repasso os trabalhos ao Presidente da Casa, Deputado Sérgio Oliveira.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Queríamos, mais uma vez, cumprimentar o Dr. Samoel Evangelista, Presidente do Tribunal de Justiça, o Dr. Eliseu Buchmeier; Dr. Manchinni; Dr. Roberto, Chefe do Gabinete Civil; Dr. Henrique, Secretário do Interacre, Vadel, Secretário Municipal da Agricultura, todos os Promotores presentes nesta Sessão, assessores, colegas Parlamentares e lideranças do Movimento Social.

No começo desta Sessão passava por um colega Deputado, que dizia, não sei se para machucar ou para registrar sua presença: “Mais uma Sessão Solene aqui na Casa?”. Eu fiz que não ouvi, mas eu queria dizer a V. Exa, que hoje, estamos fazendo história no nosso Estado. E eu perguntava ao Dr. Eliseu se em todos os Estados já existia essa Promotoria que vai discutir os problemas agrários no nosso Estado, e ele dizia: “Não Sérgio, nós estamos saindo na frente. Existe em alguns Estados, mas na Região Amazônica, essa é a primeira”. Todos nós sabemos que o problema agrário no nosso Estado é muito complexo. É muito mais fácil você fazer que não está vendo, empurrar para de baixo do tapete, do que encará-lo de frente.

Hoje eu quero contar um episódio que aconteceu comigo, não sei se o Dr. Edmar ainda se lembra, acho até que magoei algumas pessoas. Eu simplesmente contei o que tinha ouvido lá na estrada de Boca do Acre, quando uma pessoa me questionou: “Sérgio, quem é esse tal de Ministério Público que está fazendo um trabalho muito bonito?” E naquela hora eu falava com uma ex-Procuradora e senti que ela ficou magoada, mas eu não tive essa intenção.

E o que nos orgulha, Deputada Naluh, e nós já conversamos a esse respeito, é que depois do Edmar, agora com o Eliseu, esse pessoal está trabalhando com muita seriedade.

Eu, a Deputada Naluh e o Deputado José Vieira, fomos a reserva Iracema Cazumba e pelo que pudemos observar, aquelas pessoas delimitaram a sua área. Pudemos ver também que eles estão vivendo com mais dignidade, satisfação. Então por que não pode haver outras Cazumbás no nosso Estado?

O Deputado José Luis que preside a comissão que trata dos assuntos agrários aqui na Assembléia estava indignado por conta de uma matéria que saiu em um Jornal, no final da semana, onde dizia que o Governo estava realizando um evento e não teria convidado a Assembléia. Então eu disse: “José Luis, vamos fazer a nossa parte”. E aqui estamos dando uma grande demonstração de comprometimento ao abrir a nossa Casa, para recebermos os companheiros do Ministério Público e fazer a instalação dessa Promotoria.

Temos um Regimento arcaico, porque existem várias coisas que não podemos realizar, mas todos os eventos que forem dessa grandeza, a nossa Casa estará de portas abertas. E, graças a Deus, os nossos colegas Parlamentares também têm essa sensibilidade. A Assembléia, hoje, deu a sua contribuição e quem quiser reconhecer, que reconheça.

Patrícia, eu fiquei emocionado com suas palavras, eu senti que você estava falando com o coração. Sentimos na Patrícia essa vontade, essa garra de fazer mais pelos humildes. Hoje, está se abrindo mais uma porta e eu não tenho dúvida, eu conheço o Dr. Romeu que ele irá fazer um excelente trabalho. Tenho certeza que o Deputado José Luis também não medirá esforços para ajudá-lo.

Sou daqueles que acredita que o Executivo, o Judiciário, Legislativo e o Ministério Público têm que trabalhar juntos, porque acima dos limites dessas instituições, estão os interesses da nossa sociedade.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos

ESTADO DO ACRE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações prestadas no processo administrativo n.º 220/2005, estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor e os preços compatíveis com os praticados no mercado, a MESA DIRETORA da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, **HOMOLOGA**, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, relativa ao Convite n.º 002/2005, que classificou a empresa F. MD. C. DE MORAIS - ME, com a proposta de menor preço global, no valor de R\$40.104,88 (quarenta mil, cento e quatro reais e oitenta e oito centavos), para fornecer Material de Expediente e Consumo, para esta Assembléia Legislativa.

Rio Branco, 20 de abril de 2005.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA**
Presidente

Deputado **RONALD POLANCO**
1º Secretário

Deputado **MOISÉS DINIZ**
2º Secretário

DECLARAÇÃO DE BENS

ALUIZIO ROCHA DAS SILVA, brasileiro, casado, CPF sob o nº 009.680.642-72, declara para os devidos fins que possui;

Nº	Item
01	Casa Residencial no conjunto Rui Lino – Quadra 46 – Casa 21
01	Terreno no Residencial situado na Travessa Santa Cruz, 242, Bairro João Eduardo
01	Lote Rural – 0,6 has, com Casa em madeira – colônia Santa Maria, BR 364
01	02 (dois) lotes, Colônia Bom Futuro, Estrada Dias Martins, Km 12

Rio Branco-Ac 25 de abril de 2005.

Aluízio Rocha da Silva
Mat. 287-9

Ata da 25ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 12 de abril de 2005

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às treze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo** e **Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Francisco Viga** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**,

do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; e **Tarcísio Medeiros**, líder do PPS, ausentes os Deputados **Taumaturgo Lima**, **Helder Paiva**, **Dinha Carvalho** e **Nogueira Lima**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 3/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera o art. 40 da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 (dezenove) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 27/2005**, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Altera o art. 16 da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, líder do PDT, comunicou que antes da leitura do Parecer, para não atrasar a votação, concedesse dois minutos, para que os membros da Oposição tomassem conhecimentos deste Projeto. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Edvaldo Magalhães**, líder do Governo, solicitou aos Parlamentares, que já teria sido concedido o tempo necessário, para que a Matéria pudesse ser apreciada, e sugeriu que este Projeto, de autoria da Mesa, entrasse em votação Ordinária e não em Sessão Extraordinária, o importante é concluirmos a votação da Matéria dos Diretores. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou aos Senhores Parlamentares, que a mesa diretora retirou o Projeto de Lei n. 27/2005, da pauta de votação de hoje. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, comunicou que a pedido dos Deputados **Moisés Diniz**, **Pe. Valmir Figueredo** e **Juarez Leitão**, que no dia seguinte, as dez horas da manhã, o companheiro **Iraílton**, que é da gerência de cursos profissionalizante do Governo do Estado, viria a este Poder falar sobre os concursos que estão sendo oferecidos pela Escola da Floresta Roberval Cardoso e Escola Campos Pereira, 34 (trinta e quatro) vagas são destinadas para Brasília, Xapuri, Assis Brasil e Epitaciolândia e, 4 (quatro) para Tarauacá, Jordão e Feijó. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às treze horas e vinte e cinco minutos, convocando outra para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, **Luiz Calixto**, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



Presidente


1º Secretário

2º Secretário

Ata da 26ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 12 de abril de 2005

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às treze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir**

Figueredo e Ronald Polanco, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Francisco Viga e José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; e **Tarcísio Medeiros**, líder do PPS, ausentes os Deputados **Taumaturgo Lima, Helder Paiva, Dinha Carvalho e Nogueira Lima**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 3/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera o art. 40 da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 (dezenove) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que após a expedição dos autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às treze horas e trinta e cinco minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Sérgio Oliveira

Presidente

Francisco Viga

1º Secretário

Luiz Calixto

2º Secretário

Ata da 22ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 13 de abril de 2005.

Presidência: Deputados **Dinha Carvalho e Francisco Viga**

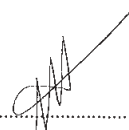
Secretaria: Deputado **Taumaturgo Lima**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência da Deputada **Dinha Carvalho**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Taumaturgo Lima**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo e Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; e **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; ausentes os Deputados **Elson Santiago, Sérgio Oliveira, Helder Paiva, Roberto Filho, Nogueira Lima e Tarcísio Medeiros**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: **Ofício CPI/n° 019/2005**, do Presidente da Comissão da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Euclério Sampaio, solicitando que informe se nesta Casa de Leis funcionou algum tipo de Comissão com objetivo de investigar irregularidades na comercialização de combustível. Caso positivo, solicitou informações sobre

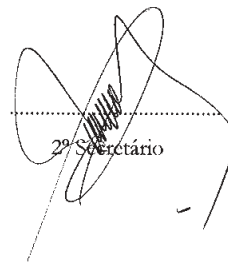
possíveis envolvimento de empresas, distribuidoras ou postos de combustível do Estado do Espírito Santo, ou mesmo de autoridades deste Estado, com comércio, transporte ou alguma ilegalidade na área de combustível; **Ofício n° 76/GP/2005**, do Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Fábio Barcellos, acusando o recebimento do expediente, onde informa a nova composição da Mesa Diretora desta Casa e encaminhando o rol dos Parlamentares que integram a Câmara Legislativa do Distrito Federal, incluindo a composição da Mesa Diretora; **Ofício n° 303/GDPG/2005**, da Defensora Pública Geral do Estado do Acre, Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, encaminhando a ficha de frequência da Servidora Maria Miranir Correia Matos, funcionária desta Instituição, atualmente prestando serviços na Defensoria Pública do Estado do Acre, na Comarca de Plácido de Castro-Ac, relativa ao mês de março/2005; **Indicação N. 32/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, do BPM, encaminhando ao Governador do Estado do Acre, Anteprojeto de Lei que “Institui o Programa de Leitura para policiais e dá outras providências”; **Indicação N. 33/2005**, de autoria da Deputada **Dinha Carvalho**, do PI, solicitando ao Governador do Estado do Acre, que o mesmo acione o órgão competente, no caso o Deracre, no sentido de que seja providenciada a recuperação dos ramais Limeira, Nova União, Ramal dos Mineiros, Petrolitana I e Petrolitana II, em virtude das precárias condições de trafegabilidade dos mesmos, estando estes localizados no município de Senador Guiomard; **Projeto de Lei N. 28/2005**, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Vieira**, líder do PFL, o qual “Dispõe sobre a concessão de gratuidade para os presidentes de associações de moradores da zona urbana e presidentes de associações de produtores rurais nos transportes rodoviários intermunicipal do Estado do Acre e dá outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Taumaturgo Lima**, do PT; **Naluh Gouveia**, do PT. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Francisco Viga. A seguir usou da palavra o Deputado **José Vieira**, líder do PFL. O Senhor Presidente, **Francisco Viga**, passou a direção dos trabalhos a Deputada Dinha Carvalho. Em seguida usaram da palavra os Deputados **Moisés Diniz**, do BPM; **Ronald Polanco**, do PT; e **José Luis**, Líder BSC. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **José Vieira**, Líder do PFL; **José Bestene**, Líder do PP; **Naluh Gouveia**, do PT, que foi apartada pelo Deputado Pe. Valmir Figueredo; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, que foi apartado pela Deputada Naluh Gouveia; **Delorgem Campos**, do BSC; **Antonia Sales**, Líder do PMDB; **Luiz Gonzaga**, Líder do PSDB, que foi apartado pelo Deputado Luiz Calixto. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, solicitou à Mesa Diretora que envie uma Moção de Protesto ao Prefeito de Senador Guiomard, Celso Ribeiro, demonstrando a contrariedade dos Parlamentares em relação à agressão aos jornalistas e donos de jornais. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, informou ao Deputado que a Questão de Ordem seria encaminhada ao titular da Mesa, que dará o devido encaminhamento. Aberta a **Ordem do Dia**, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura do **Requerimento N. 47/2005**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitando ao Assessor do Governo do Estado do Acre, Francisco Nepomuceno (Carioca) em caráter de urgência, afim de que este

agende audiência para receber o Senhor Paulo Ferreira de Souza, Presidente do Sindsad, para negociar a data-base dos servidores da Secretaria de Estado de Administração. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N 48/2005**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitando ao Corregedor da Polícia Civil, Senhor José Barbosa de Moraes, para posicionar-se e providenciar no mais curto espaço de tempo possível, a carta, em anexo, referente ao caso do Policial Civil Nilton, lotado na Delegacia de Polícia Civil do Município de Sena Madureira. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 49/2005**, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, do BPM, solicitando à Mesa Diretora, que após ouvido o plenário, seja realizado no Grande Expediente da Sessão do dia 19, terça-feira, uma Sessão em homenagem aos povos indígenas. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 (quatorze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário, que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 50/2005**, de autoria do Deputado **Pe. Valmir Figueredo**, do PT, solicitando à Mesa Diretora, que após ouvido o Plenário seja realizado no Grande Expediente da Sessão do dia 20, quarta-feira, uma Sessão em homenagem a Campanha da Fraternidade/2005 – Ecumênica Solidariedade e Paz. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 51/2005**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitando à Mesa Diretora, agendar audiência pública sobre a Lei nº 10.639, enfocando a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 52/2005**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitando à Mesa Diretora, agendar Sessão Solene e convidar o Secretário de Saúde do Trabalhador, para proferir palestra sobre o tema, enfocando o problema da voz. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento N. 53/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Delorgem Campos**, do BSC, solicitando ao Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, para que providencie, junto a Vigilância Sanitária e órgãos competentes, vistorias periódicas no Restaurante Universitário – RU da Universidade Federal do Acre – UFAC, com o objetivo de avaliar a qualidade da refeição que ora é comercializada naquele estabelecimento. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 (quatorze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Aberta a **Explicação Pessoal**, usou da palavra a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Tardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada

conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

Ata da 23ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 19 de abril de 2005.

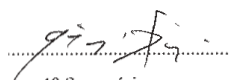
Presidência: Deputados **Helder Paiva**, **Ronald Polanco** e **Sérgio Oliveira**.

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Élson Santiago**, **Moisés Diniz** e **Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos** e **José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; e **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC, ausentes os Deputados **Edvaldo Magalhães**, **Antônia Sales**, **Chagas Romão**, **Dinha Carvalho**, **Hélio Lopes**, **Luiz Calixto**, **Roberto Filho**, **José Bestene** e **Tarcísio Medeiros**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: **OF/CIRC/SEFAZ/GABIN/Nº 06/2005**, do Secretário de Estado da Fazenda e Gestão Pública, Senhor Orlando Sabino da Costa Filho, convidando o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, para participar de uma palestra, no dia 19 de abril de 2005, às 17h, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda e Gestão Pública, sito a Rua Benjamin Constant, 946 – Centro, informando também que a Palestra seria proferida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiros; **OF/CD/Nº 12/2005**, do Coordenador do Curso de Direito, Professor Francisco Raimundo Alves Neto, agradecendo o convite, para participar do Seminário “Projeto de Florestas Públicas”, realizado no dia 14-04-2005, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda; **OF/GA/Nº 74/2005**, do Governador do Estado do Acre, em exercício, Arnóbio Marques de Almeida Junior, encaminhando as contas relativas ao Exercício de 2004, constituídas dos Balanços Gerais e do Relatório contendo análise da Execução do Orçamento e a situação Financeira do Estado no respectivo período; **GABJU/OF N. 195/2005**, do Juízo de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, Dr. Wellington de Carvalho Coelho, solicitando o cancelamento do desconto da pensão alimentícia, que vem sendo feito na folha de pagamento do Parlamentar Roberto Barros Filho, estabelecida através do Ofício GABJU/OF N. 179, de 31 de março de 2005; **Ofício N. 313/GAB/2005**, da Secretária de Estado do Servidor e do Patrimônio Público, Flora Valladares Coelho, solicitando providências para que sejam enviados a esta Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público, até o dia 30/04/2005, os dados necessários aos estudos atuariais para a instituição de Regime Próprio de Previdência Estadual, na forma da planilha anexa, referentes aos meses de fevereiro e março de 2005, em meio magnético; **Ofício/Gab/N. 449/2005**, do Secretário de Estado de Saúde, Cassiano Marques de Oliveira, comunicando que o Estado estaria realizando a Campanha contra gripe “Ter saúde é o que importa”, no dia 25 de abril de 2005, para as pessoas acima de 60 anos, solicitando o apoio na divulgação desta

campanha de vacinação, na liberação de carros, motos, a mobilização de todos os servidores, funcionários com a faixa etária a ser vacinada para comparecimento nos postos de vacinação; **OF/GAPRE/N. 595/2005**, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Samuel Evangelista, devolvendo a servidora Maria de Jesus Bezerra Barbosa, pertencente ao quadro de pessoal desta Casa Legislativa, que se encontrava prestando serviço neste Poder, com data retroativa a 31 de janeiro deste ano; **Indicação N. 34/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitando à Mesa Diretora, que seja viabilizado junto a Secretaria de Estado de Educação, a ampliação da Escola José Chalub Leite; **Projeto de Lei N. 29/2005**, acompanhado de justificativa, da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, o qual “Dispõe sobre a devolução da parcela da anuidade escolar em caso de desistência na Educação Básica e/ou Educação Superior”. **Projeto de Lei N. 30/2005**, acompanhado de justificativa, da Deputada **Antonia Sales**, o qual “Dispõe sobre a reserva de imóveis, construídos por programas habitacionais, à mulher sustentáculo de família e dá outras providências”; **Projeto de Lei N. 31/2005**, acompanhado de justificativa, da Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, o qual “Institui a divulgação, pelas emissoras de rádio da capital e dos municípios do Estado do Acre, dos boletins e atos oficiais do Executivo Municipal, Atos dos trabalhos da Câmara de Vereadores e Juizado dos Direitos das Comarcas”; **Projeto de Resolução N. 01/2005**, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Luis**, do BSC, o qual “Institui a Tribuna da Mulher nas Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Acre”; **Projeto de Resolução N. 02/2005**, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Luis**, do BSC, o qual “Institui o Prêmio Assembléia Legislativa de Jornalismo, para incentivar a divulgação da atividade Parlamentar do Estado do Acre”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usou da palavra a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Ronald Polanco**. A seguir usaram da palavra os Deputados **Delorgem Campos**, do BSC; **Juarez Leitão**, Líder do PT; **Taumaturgo Lima**, do PT; e **Nogueira Lima**, Líder do PSC. O Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, suspendeu a Sessão por tempo indeterminado. **(Pausa)**. Reaberta Sessão. Aberto o **Grande Expediente**, o Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Sérgio Oliveira**. Em seguida usou da palavra o Deputado **Moisés Diniz**, do BPM. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, registrou a presença do Chefe do Gabinete Civil, Dr. Roberto Ferreira; do Secretário de Meio Ambiente, Dr. Edgar de Deus; do Secretário dos Povos Indígenas, Francisco Pianko; do Vice-Prefeito do Jordão, Sian Kaxinawá e demais lideranças presentes nesta Casa, em seguida passou a palavra ao Secretário dos Povos Indígenas, **Francisco Pianko** e ao Líder Kaxinawá, **Manoel Gomes**. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, informou que recebeu um telefonema do Deputado **Edvaldo Magalhães**, justificando a sua ausência, pois ficou retido em Porto Velho, visto que o nosso aeroporto estava fechado para pouso e decolagem. Em seguida usaram da palavra o Senhor **Antônio Apurinã**, Coordenador Administrativo da Funai; **Dr. Roberto Ferreira**, Chefe do Gabinete Civil do Governador; Deputados **Naluh Gouveia**, do PT e **Taumaturgo Lima**, do PT. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, agradeceu a presença das lideranças indígenas, do Secretário de Meio Ambiente e falou da satisfação em recebê-los. A seguir o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, suspendeu a Sessão. **(PAUSA)**. Reaberta a Sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas e quarenta e nove minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente


1º Secretário

.....
2º Secretário

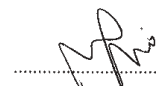
Ata da 24ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 20 de abril de 2005.

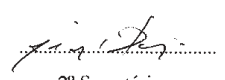
Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dez horas e sete minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia** e **Pe. Valmir Figueredo**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago**, **Moisés Diniz** e **Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausentes os Deputados **Ronald Polanco**, **Taumaturgo Lima**, **José Luis**, **Antonia Sales**, **Chagas Romão** e **Roberto Filho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. **O Expediente do Dia** constou de: **Ofício n. 007/GBDE2005**, do Chefe de Gabinete do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Senhor João Paulo Sampaio de Almeida, comunicando que o Deputado **Edvaldo Magalhães**, encontra-se na cidade de Porto Velho-RO, portanto ficando impossibilitado de estar presente na Sessão; **Ofício N. 036/2005**, do Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL, Senhor Florian Augusto Coutinho Madruga, convidando o Senhor Presidente desta Casa, Deputado **Sérgio Oliveira** a participar do V Encontro a realizar-se na cidade de Brasília nos dias 18 a 21 de maio; **OF/IBGE/EU/AC/N. 057/2005**, do Chefe do IBGE/EU/AC, Senhor Adão Delfino dos Santos, em resposta ao OF/GABP/N. 168, de 14 de abril de 2005; **Mensagem N. 677/2005**, de autoria do Governador do Estado do Acre, Senhor Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei N. 66/2005, de autoria do Deputado **Hélio Lopes**, que “Concede o Título de Cidadão acreano ao Sr. Roberto Duarte”; **Mensagem N. 703/2005**, de autoria do Governador do Estado do Acre, Senhor Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar N. 3/2005, de autoria do Poder Executivo que “Altera o art. 40 da Lei Complementar N. 67, de 29 de junho de 1999”; **Projeto de Lei N. 32/2005**, acompanhado de justificativa, do Deputado **José Vieira**, Líder do PFL, o qual “Dispõe sobre a concessão de gratuidade para os conselheiros tutelares nos transportes rodoviários intermunicipal do Estado do Acre e dá outras providências”. **Projeto de Lei N. 33/2005**, do Deputado **Moisés Diniz**, o qual “Inclui motivos indígenas nas placas de trânsito de Sinalização Horizontal e adota outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente**, em **Questão de Ordem** a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitou a concessão de um tempo para receber os amigos do Dalmir, os quais falariam da campanha que estão fazendo para ajuda-lo, tendo em vista que o mesmo se encontra com problemas de saúde. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, acatou a Questão de Ordem da Deputada **Naluh Gouveia** e suspendeu a Sessão por tempo indeterminado. **(Pausa)**. Reaberta Sessão. Aberto o **Grande Expediente**, não houve oradores inscritos. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às onze horas e trinta e dois minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

.....
1º Secretário


2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Taumaturgo Lima, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Taumaturgo Lima, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Taumaturgo Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Taumaturgo Lima, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.